

A COPA DO MUNDO DO BRASIL E AS POLITICAS SAZONAIS*

Simone Gonçalves de Paiva

simone.gpaiva@yahoo.com.br

Bruno Modesto Silvestre

modesto.b@gmail.com

Silvia Cristina Franco Amaral

scfa007@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas implementadas para a realização da Copa do Mundo do Brasil em 2014. Para tal, se baseou no *modelo de análise de política social proposto por Boschetti (2009)*. Apesar do planejamento ter previsto acelerar e/ou ativar políticas públicas, foi possível notar que muitas foram implementadas de forma seletiva e temporária. Conclui-se que o projeto de Copa é, de certa forma temporário, já que muitas das ações existiram apenas durante o evento.

PALAVRAS-CHAVE

políticas públicas; megaeventos; copa do mundo

INTRODUÇÃO

Nos anos 1980 o esporte ganhou novos contornos e, ao se considerar seu simbolismo e popularidade, se transformou em um valioso produto de mercado. Com o avanço das políticas econômicas neoliberais sua ressignificação se tornou ainda mais profunda. Dunning (2002) afirma que o esporte ganhou uma nova definição: "Esporte Espetáculo". Neste contexto, os megaeventos esportivos se tornaram a síntese da espetacularização do esporte, ou seja, uma forma pensada para ir muito além da exibição esportiva.

* O presente trabalho contou com apoio financeiro do CNPq.



Os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, maiores expoentes do esporte e, principalmente, do evento esportivo se apresentam como os grandes baluartes dessa transformação. Neste cenário, o protagonismo do futebol é evidente, sozinho essa modalidade esportiva mobiliza um dos maiores torneios do mundo.

Nesse sentido, a possibilidade de sediar um evento das dimensões da Copa do Mundo de Futebol possibilita muito mais que a simples a competição e o desfrutar do jogo. A lógica dos megaeventos estabeleceu um novo nível de usufruto do evento esportivo, tanto para a sociedade consumidora do espetáculo, como para os que se propõem a organizar tais eventos.

Os megaeventos se tornaram um meio de alcançar certos objetivos. No caso dos Estados nacionais, trouxe a possibilidade de altos investimentos, aceleração de aprovação de projetos e visibilidade internacional. Os megaeventos passaram a serem encarados como oportunidades de promover as cidades e os países em termos de legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos (TAVARES, 2008).

No entanto, verifica-se que os compromissos assumidos para sediar os eventos esportivos, que tinham, como direcionamento inicial, ampliar, acelerar e melhorar políticas públicas do país, se tornaram ações pontuais e muitas delas temporárias, visando apenas o período do evento e, principalmente, o acesso àqueles que buscam acompanhar o evento de perto: os turistas.

Ao considerar este cenário, o objetivo do presente trabalho é analisar as políticas públicas implementadas para a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Para isso, utiliza como metodologia o modelo de análise de políticas sociais proposto por Boschetti (2009). Nesta perspectiva, analisa-se o aspecto das Configurações e Abrangências dos Direitos e Benefícios Estabelecidos e Assegurados, especificamente o Indicador de Abrangência e o Indicador de Critério de Acesso e Permanência.

O PROJETO PARA A COPA DO MUNDO

O futebol é um dos esportes que mais se adequou ao modelo neoliberal. Essa transformação se ampliou durante os anos 1980, quando o brasileiro João Havelange se tornou presidente da FIFA. Quando assumiu essa entidade anunciou: "Vim vender um produto chamado futebol!" (GALEANO, 2002). Desde então, o futebol nunca mais foi apenas um esporte e/ou uma manifestação cultural.

Ao se compreender a capacidade do esporte e a magnitude da Copa do Mundo, a FIFA passou a explorar todas as possibilidades econômicas. Acompanhando as "novas necessidades" do mundo, a realização desse torneio esportivo passou a exigir uma série de requisitos dos países sedes que, em última instância, visam os grandes retornos financeiro à FIFA.

Sob um discurso de democratização do esporte, em 2004 foi organizada, no Brasil, a I Conferência Nacional do Esporte (CNE), que viria a ocorrer em mais duas edições: em 2006 e 2010. O princípio da CNE era discutir a democratização do esporte e, durante o primeiro evento, foi elaborado o documento intitulado "Política Nacional de Esporte (PNE)". Tal documento foi construído por meio da ótica do desenvolvimento humano, vulnerabilidade social, esporte como fator de renda, entre outros objetivos (MATIAS, 2013).

Em 2006, a II CNE foi direcionada para a discussão da construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL), com a finalidade de fortalecer o esporte como participação e como lazer, porém, ainda em 2006, já se observava o início de um rompimento com discurso de democratização do esporte.

Em 2010, a III CNE viria para legitimar o debate sobre a necessidade de se sediar os megaeventos esportivos. O Governo Federal adotou o discurso de que os eventos esportivos se constituíam como um meio para auxiliar e/ou acelerar o desenvolvimento urbano, social, econômico e esportivo. Do ponto de vista do governo, ainda que não afirmado, o esporte deixou de ser tratado como um direito e passou a ser visto como um promotor de crescimento econômico.

A Copa do Mundo de 2014 apresentava a promessa de promover e manter o país como detentor de uma forte marca para os negócios e atrair grandes quantidades de investimento. No entanto, ao final quem o grande financiador do evento foi o Estado.



Assim, seguiu-se uma série de projetos e políticas públicas voltadas às estruturas ligadas de alguma forma a Copa do Mundo nas 12 cidades sedes. Além disso, em 2012, foi aprovada a Lei Geral da Copa, que promoveu a total renúncia fiscal da FIFA e seus parceiros durante o período do mundial. Em suma, conforme afirma Gough (2003, apud PEREIRA, 2012, p,737) “o foco principal da política social migrou ostensivamente das necessidades humanas para as necessidades do capital”.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS SAZONAIS

A realização da Copa do Mundo traz efeitos a todo um país e sua sociedade. No entanto, este efeito pode transitar entre o positivo, o negativo e o inexistente. Com seu modelo pautado numa agenda neoliberal, não existe contrapartida, ele seleciona e limita quem tem “direito” de usufruir, qualquer que se forma este evento.

As grandes necessidades do modelo atual são altamente questionáveis, principalmente quando se pensa em uma competição que dura apenas um mês oficialmente e que afeta parte considerável de um país.

Trata-se de políticas que não afetaram apenas os estádios de futebol, elas chegaram às rodovias, aos aeroportos, portos, sistema hoteleiro, segurança, transporte, educação entre outros. E muitas dessas políticas, estão conectadas a ideia de transformação das cidades, como forma de “[...]promoção global da imagem Urbana” (MASCARENHAS, 2014, p.62). Para isso, muitas das sedes da Copa sofreram com uma série de remoções para ampliar o espaço em áreas que receberiam obras do Mundial. Além da necessidade de espaço, estas remoções também estavam ligadas a uma remoção higiênica de determinadas regiões, principalmente, as com forte apelo do mercado imobiliário. Essa limpeza higiênica iria mais além, o entorno das estruturas dos mundiais, que receberiam milhares de turistas, entre eles estrangeiros, estavam sendo “limpos”. Moradores de ruas estavam sendo retirados, muitas vezes, à força. Era uma maneira de maquiagem a imperfeição das cidades e mostrar uma cidade bonita, limpa e funcional aos turistas.

O turismo atualmente é um dos grandes mercados, existem diversas formas de turismo, entre eles o turismo esportivo. O Brasil tem uma média de 6 milhões de turistas estrangeiros ao ano, segundo dados do Ministério do Turismo², números considerados baixos se comparados com outros países, até menores que o Brasil. Nesse cenário, a Copa do Mundo foi um meio de mostrar o Brasil e mudar possíveis ideias negativas que os estrangeiros poderiam vir a ter. O Brasil conseguiu receber 60% acima do esperado de turistas estrangeiros, ou seja, a Copa tem a capacidade de impulsionar o turismo.

Para atender toda a massa de turista que chegava as grandes cidades, todas as esferas ligadas a ele sofreram investimentos. Aeroportos, portos, rodoviárias e o transporte público sofreram algum tipo de intervenção. No caso do transporte, os horários foram alterados, a frota foi aumentada, o percurso alterado, assim como o trajeto do trânsito que sofreu uma série de mudanças durante o mundial. Tudo isso para atender o público do evento. Quando o mundial acabou tudo voltou à rotina anterior.

A cidade era blindada para aqueles que iriam usufruir do evento diretamente, isso também foi visto no quesito segurança. O exército foi usado para fazer a segurança, assim como o deslocamento de vários policiais militares de outras cidades para as sedes. Foi o caso de Niterói, que teve 52 PMs deslocados para o Rio de Janeiro no mês do Mundial (SCHMITT, 2014). Uma segurança temporária, para “cidadãos” passageiros.

Percebe-se que todo esse espetáculo foi construído para um público seletivo. O que esse público deveria consumir e usufruir era o que de melhor o Brasil podia oferecer, mesmo que isso na realidade não existisse. Em suma, passado o mundial, o país voltou à rotina normal, com os problemas estruturais de sempre e com pouco retorno.



² MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo reúne números da Copa do Mundo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1114-turismo-reune-numeros-da-copa-do-mundo.html>. Acesso em 18 jan 2019.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso de democratização no início do governo aos poucos foi sendo minado e, quando chegou o mundial, ficou evidente que a Copa do Mundo pouco ou nada foi pensada para a sociedade brasileira. O projeto se mostrou direcionado e organizado para atender a um público temporário e passageiro, mas que se tornou importante para o fomento de um discurso positivo e que auxiliasse na internacionalização do país. O futebol como manifestação cultural e social foi apropriado em prol de um projeto econômico neoliberal, ou seja, manteve um processo de segregação social e expos o papel do Estado brasileiro sob a prevalência da lógica neoliberal.

THE WORLD CUP OF BRAZIL AND SEASONAL POLICIES

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the public policy implemented in the realization of the World Cup of Brazil in 2014. For this, it was based on the public policy analysis model proposed by Boschetti (2009). Although planning has planned to accelerate and/or activate public policy, it was noted that many were implemented selectively and temporarily. It is concluded that the World Cup project is somewhat temporary, since many of the actions existed only during the event.

KEYWORDS: *public policy; mega-events; world cup.*

LA COPA DEL MUNDO DE BRASIL Y LAS POLITICAS ESTACIONALES

RESUMEN

El objetivo del trabajo es analizar las políticas públicas implementadas en la realización de la Copa del Mundo de Brasil en 2014. Así, se utilizó del modelo de análisis de políticas públicas propuesto por Boschetti (2009). Aunque el planeamiento preveía acelerar y/o activar las políticas, percibe que muchas fueron implementadas de forma selectiva y temporal. Se concluye que el proyecto de Copa es, de cierta manera temporal, ya que muchas de las acciones existieron solamente durante el evento.

PALABRAS CLAVES: *políticas públicas; mega-eventos; copa del mundo.*



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003*. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Conselho federal de serviço social (ORG). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- DUNNING, E. *El fenómeno deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización*. Barcelona, Editora Paidotribo, 2003.
- GALEANO, E. H. *Futebol ao sol e a sombra*. 2. ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2002.
- MATIAS, W. B. *O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula*. 2013. 199 f. Dissertação (mestrado) - curso de educação física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. *Caderno Virtual de Turismo* (UFRJ), v. 14, p. 52-65, 2014a.
- PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p.729-753, dez. 2012.
- SCHMITT, G. A Copa chega, a PM sai. *O Globo*. Rio de Janeiro. p.3. 13 jun 2014.
- TAVARES, E. A Copa e a Mídia: reflexões sobre a mais-valia ideológica, a soberania comunicacional e o jornalismo. *Motrivivência*, Florianópolis, Ano XXI, Nº 32/33, P. 156-177 Jun-Dez./2009.

